

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Olga Nietta Loffredi*

PARA QUEM?

A Educação Especial é ainda considerada como um corpo de atividades instrucionais organizadas e implementadas por especialistas a fim de atender a uma parcela da população portadora de deficiências físicas ou mentais.

A partir dos anos 70 esta perspectiva se ampliou e foram incluídos, sob a chancela da Educação Especial, os alunos das escolas comuns, necessitados, temporária ou permanentemente, de alguma forma de atendimento específico. Este atendimento pode se fazer necessário em qualquer fase do período de escolaridade e não, necessariamente, nas séries iniciais. Uma criança pode apresentar dificuldades de aprendizagem mesmo depois de já ter o domínio da leitura e da escrita.

Assim, o conceito de Educação Especial foi redimensionado, e esta passou a ser considerada como a utilização, a nível individual, de técnicas, procedimentos, materiais instrucionais e equipamentos desenvolvidos para ajustar níveis e formas incomuns de desenvolvimento cognitivo, afetivo e/ou motor, resultado de privações sensoriais, falta de escolaridade ou insuficiência causada por condições ambientais ou pessoais, que tenham atingido o desenvolvimento de uma criança em sua forma mais ampla. Dentro dessa visão, cabe ao professor de classe comum, fazer as adaptações necessárias, utilizando os recursos oferecidos pela Educação Especial, às necessidades de seus alunos especiais.

* Professora do Departamento de Educação da PUC/RJ.

Subjacente ao conceito tradicional de Educação Especial está a tendência social e, conseqüentemente, dos sistemas educacionais de apresentarem a "sua melhor face", escamoteando ou minimizando a existência do que é difícil ou do que incomoda, através de toda uma "encenação ritualística", realizada de boa fé, que tranqüiliza a consciência. No caso da Educação Especial um conjunto de estratégias e procedimentos têm sido adotados nesse sentido: verbas provenientes de orçamentos e administrações independentes, treinamento de professores, esquemas de avaliação para medir o progresso acadêmico e o nível de integração social e assim por diante. No fundo, essa prática mascara o fato de que as "classes especiais" onde são reunidos os "alunos excepcionais" foram criadas não para atender a necessidades especiais, mas sim para excluir crianças excepcionais da sala de aula comum. Uma medida de higiene que segrega, defendendo os "sachos" dos inconvenientes causados pela presença dos "especiais".

Por outro lado, a Educação Especial, tal como é vista hoje, opõe-se à segregação de crianças que apresentem dificuldades e propõe que elas sejam integradas às classes comuns, através do processo de "normalização". No entanto, permanece subjacente ao sistema e à escola o preconceito anterior, ou seja, a integração tem um sentido de mão única, onde a criança especial é quem deve se integrar à classe comum; isto significa dizer, atingir os padrões desta. Não se fala sobre adequação desses padrões às necessidades do aluno especial. Um novo jargão foi criado para identificar crianças especiais na classe comum, foram elaboradas metodologias que enfatizam "planos educacionais individualizados" e portarias e regulamentos garantem ao aluno especial o direito de ser "diferente" do resto da população escolar. Só que a diferença não é aceita.

O IMPASSE

Os educadores de crianças excepcionais defendem o ponto de vista de

que o valor de cada indivíduo independe de seu potencial para o grupo ou para a sociedade. Em contraposição, os educadores formados para trabalhar nas escolas comuns enfatizam as aquisições individuais na medida que elas contribuem e favorecem o crescimento do grupo.

Assim, ao se atender o aluno especial no ambiente da classe comum, corre-se o risco de perder o compromisso com o desenvolvimento potencial de cada indivíduo, princípio básico importante para todas as crianças, sem dúvida, mas essencial para as crianças especiais.

Portanto, para que a "normalização" possa chegar a bom termo, há que se tentar o equilíbrio entre o indivíduo e o grupo. Para tanto, será necessário livrar a Educação Especial da mística protetora de que só professores especiais podem atender às necessidades de alunos excepcionais, ao mesmo tempo em que se reavalia a ênfase da escola comum na organização curricular e na avaliação-diagnóstico. Essa situação se expressa através da frustração experimentada por professores de classes especiais ao verem "seus alunos normalizados" não serem atendidos adequada-

mente e, no inverso: a frustração de professores de classes comuns ao receberem em suas classes alunos excepcionais com os quais não sabem lidar.

EM SÍNTESE:

Será preciso redefinir a escola comum, a partir de um modelo, onde a uniformidade seria a exceção e as diferenças individuais a norma. Reavaliar o mito da igualdade.

Este posicionamento defendido pelo movimento da "normalização" traz em si um conceito de educação, onde o novo tipo de igualdade é referendado pela defesa dos direitos e limitação de cada indivíduo.

Heterogeneidade talvez seja a antítese da uniformidade historicamente preconizada pela escola comum. Mas é, sem dúvida, indispensável à normalização e, conseqüentemente, ao ideal de oferecer oportunidade educacional plena a *todas* as crianças.